



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007982-14.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vício Redibitório**
 Requerente: **ANDERSON JOSÉ PICAGLI**
 Requerido: **JULIO CESAR CHAVES DE SOUZA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em junho de 2013 adquiriu um veículo do réu, mas em julho de 2014 ao utilizar a apólice do seguro do mesmo foi informado pelo corretor que tal veículo é sinistrado.

Alegou ainda que essa informação lhe foi omitida pelo réu, que obrou de má-fé, e que agora não consegue vender o automóvel em face do problema.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais que suportou.

A preliminar arguida em contestação pelo réu não merece acolhimento.

Isso porque a condição do veículo como sinistrado restou positivada no documento de fl. 33, de sorte que a realização de perícia em relação ao assunto não se afigura necessária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Rejeito a prejudicial, pois.

No mérito, alguns aspectos fáticos do caso trazido à colação são incontroversos.

Nesse sentido, é certo que o réu vendeu o veículo em apreço ao autor em 21/06/2013 e que à época o documento respectivo, em nome do réu, fora emitido em Curitiba sem qualquer restrição (fl. 06).

É certo, outrossim, que a emissão do novo documento, já em nome do autor, aconteceu em 12/07/2014 por parte de CIRETRAN local, consignando-se então a anotação de que o veículo era "SINISTRATO/RECUPERADO" (fl. 33).

Não extraio dos autos dados seguros que apontassem para o réu ter ciência dessa circunstância quando realizou a venda ao autor.

Nenhum elemento concreto aponta para essa direção, cumprindo registrar que o réu morava em Curitiba (fls. 77/78), mudando-se para Batatais no final de 2012 (fls. 79/80).

Quando adquiriu o automóvel ele já estava registrado no Estado do Paraná sem alusão alguma a evento anterior em que se tivesse sinistrado.

A testemunha Josué Adolpho Sepe, arrolada pelo autor, asseverou que providenciou a transferência da documentação do veículo do Paraná (onde nada constava) para São Paulo, surgindo então a notícia de que ele fora sinistrado e recuperado.

A testemunha acrescentou que em diligências soube que o sinistro aconteceu em São Paulo, em dezembro de 2011, sendo recuperado e transferido para o Paraná.

Nessa transição deixou de existir a menção ao sinistro, a qual reapareceu quando a documentação retornou para São Paulo.

O próprio autor observou que quando adquiriu o veículo fez pesquisas junto ao departamento de trânsito competente sem que nada digno de nota fosse apurado.

A primeira conclusão que decorre desse quadro, portanto, é a de que não se pode afirmar com a indispensável certeza que o réu tinha conhecimento de que o veículo era sinistrado e foi recuperado, omitindo-a intencionalmente do autor.

Assentada essa premissa, não se pode deixar de reconhecer sem embargo a presença do vício oculto no objeto da transação firmada entre as partes.

Possui essa característica o veículo que foi sinistrado e recuperado sem que isso fosse de antemão esclarecido ao comprador, não se podendo olvidar que o problema por sua natureza não era de fácil percepção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em consequência, a responsabilidade do réu transparece clara, pouco importando que igualmente não soubesse do vício porque ela não se assenta no seu elemento subjetivo e sim na garantia inerente ao negócio que levou a cabo.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se pronunciou nessa direção:

“Apelação. Ação de resolução contratual cumulada com indenização por danos morais e materiais. Compra e venda de veículo usado. Preliminar. Sentença ultra petita. Admissibilidade do julgamento do mérito em segundo grau com fundamento no artigo 515, §3º, do CPC. Responsabilidade civil por vício do produto. Vício oculto. Alienação de veículo sinistrado sem informação. À luz da teoria da qualidade e o princípio da confiança que informam a responsabilidade por vício do produto, independentemente de o alienante conhecer o vício que inquina a coisa, responde pela idoneidade material do objeto da prestação, porque garantia legal do adquirente. Possibilidade de resolução do negócio, a critério do consumidor, nos termos do artigo 18, §3º do Código de Defesa do Consumidor. Dever do fornecedor de restituir ao consumidor o valor atualizado de toda a quantia paga para a aquisição do veículo, o que fica condicionado à entrega do bem ao réu no estado em que se encontrar. Afastamento da determinação de que a ré quite o contrato de arrendamento mercantil firmado pela autora. Contrato de arrendamento que permanece hígido, tendo em vista que a instituição financeira não integrou a lide. Danos morais configurados. Aborrecimentos superiores ao mero inadimplemento contratual. Recurso parcialmente provido, com julgamento da causa, nos termos do art. 515, §3º do CPC.” (TJ-SP, Apelação nº 0014779-30.2008.8.26.0664, 29ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **HAMID BDINE**, j. 04/03/2015 - grifei).

Essa orientação aplica-se com justeza à espécie dos autos, impondo-se a convicção da obrigação do réu em reparar os danos suportados pelo autor por força da transação que celebraram.

Quanto ao valor devido pelo réu, assinalo de princípio que a ação na verdade não tem por objetivo o abatimento do preço pago pelo autor (art. 442 do Código Civil) e sim à sua recomposição patrimonial a partir da desvalorização do veículo, cujas características verdadeiras não correspondem às que acreditava possuir quando o adquiriu.

Tal desvalorização é evidente, como assinalou a testemunha Maciel Fonseca e como denotam as próprias regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) porque qualquer pessoa mediana sabe da diferença entre vender um automóvel sem mácula e um sinistrado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Entretanto, o valor postulado pelo autor não possui lastro a sustentá-lo.

Apurou-se de um lado na verdade que o preço que ele pagou pelo veículo foi de R\$ 35.800,00 (fls. 23/24) e, de outro, a sua desvalorização deve ser fixada em trinta por cento, compatível com a extensão do problema.

Em razão disso, fixa-se o valor devido pelo réu ao autor em R\$ 10.740,00.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 10.740,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**